

## PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE SOB A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

### PROCESS OF CONVERGENCE OF BRAZILIAN ACCOUNTING STANDARDS APPLIED TO THE PUBLIC SECTOR: AN ANALYSIS UNDER THE PERCEPTION OF ACCOUNTING PROFESSIONALS

**Manoel Francelino dos Santos Filho**

Mestrando em Ciências Contábeis - PPGCONT/UFG

E-mail: [manoel.francelinofh@gmail.com](mailto:manoel.francelinofh@gmail.com)

**Tiago de Moura**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

e-mail: [tiagomourabh@gmail.com](mailto:tiagomourabh@gmail.com)

**Recebido em 3 de novembro de 2022**

**Aprovado em 24 de janeiro de 2023**

#### RESUMO

A contabilidade por ser uma ciência social aplicada está em constante transformação, sendo influenciada pelo ambiente que está atuando, diante disso as normas brasileiras de contabilidade estão em convergência para os padrões internacionais. Nesse contexto, o objetivo deste estudo consiste em analisar o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público sob a percepção de servidores envolvidos com a utilização das normas contábeis convergidas. Para atender o objetivo proposto, foi empregado questionário direcionado a profissionais de instituições federais de ensino que estão envolvidos diretamente com contabilidade pública e, por conseguinte, utilizam as normas contábeis convergidas. Para análise dos resultados, utilizou-se de estatística descritiva e testes estatísticos de correlação de *Spearman* e não paramétricos de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*. Os resultados, segundo a percepção dos respondentes, indicam positivamente sobre o processo de implantação das NBC TSPs e que a convergência às normas internacionais pode produzir resultados positivos para a qualidade da informação contábil prestada à sociedade, além de indicarem que quanto maior o nível de experiência dos profissionais contábeis maior nível de percepção da legitimação das NBC TSPs. Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate e visibilidade acerca da convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

**Palavras-chave:** Convergência. Normas Brasileiras de Contabilidade. Contabilidade Pública.

#### ABSTRACT

Accounting for being an applied social science is in constant transformation, being influenced by the environment that is acting, in front of that the Brazilian accounting standards are in convergence with the international standards. In this context, the objective of this study is to analyze the process of convergence of Brazilian accounting standards applied to the public sector from the perception of employees involved with the use of converged accounting standards. To meet the proposed objective, a questionnaire was used aimed at professionals from federal educational institutions who are directly involved with public accounting and, therefore, use converged accounting standards. Descriptive statistics and Spearman correlation tests and nonparametric Mann-Whitney and Kruskal-Wallis tests were used to analyze the results. The results, according to the respondents' perception, indicate positively about the process of implementing the NBC TSPs and that the convergence to international standards can produce positive results for the quality of accounting information provided to society, in addition to indicating that the higher the level of experience of accounting professionals a higher level of perception

of the legitimacy of NBC TSPs. In this way, the research contributes to the debate and visibility about the convergence of Brazilian accounting standards applied to the public sector.

**Keywords:** Convergence. Brazilian Accounting Standards. Public Accounting.

## 1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade por ser uma Ciência Social Aplicada está em constante transformação, sendo influenciada pelo ambiente que está atuando. Nesse sentido, Costa e Fonseca (2019) afirmam que pelo fato de ser uma ciência social, a contabilidade espelha o ambiente político, jurídico e econômico de onde ela está inserida e sua prática está ligada de forma direta para estas esferas.

Em sua aplicação no âmbito público, no Brasil, desde seus primórdios apresentava um viés orçamentário em detrimento ao enfoque patrimonial, que é o objeto da Contabilidade. A partir de 2008, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) no Brasil começou a convergir para as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS), editadas pela *International Federation of Accounts* (IFAC), resgatando a essência da gestão do patrimônio público (NEVES; GÓMEZ-VILLEGAS, 2020; PICCOLI; KLANN, 2015)

O marco para a convergência no Setor Público foi a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual (NBC TSP EC), em vigor desde 01 de janeiro de 2017 que estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público (ABREU; FILHO, 2017; CFC, 2016; MARTINS; FRARE; QUINTANA, 2021).

A adoção às normas internacionais de contabilidade, dentre outros objetivos, busca tornar as informações contábeis comparáveis entre os períodos, entre as entidades, sejam âmbito nacional ou internacional (BELANCA; VANDERNOOT, 2013; NEVES; GÓMEZ-VILLEGAS, 2020)

Nesse sentido, segundo Barbosa *et al.* (2019) devido ao ligeiro desenvolvimento dos mercados financeiros globais e a diversidade de padrões contábeis adotados nos diversos países veio à tona a demanda de uma linguagem contábil única e relatórios que permitissem melhorar o nível de comparabilidade das informações.

Rosa *et al.* (2019) reforçam a importância da padronização e afirmam que as mudanças provocadas pela globalização são necessárias para a padronização de procedimentos na contabilidade. Ao ampliar o nível do grau de entendimento para tomada de decisão e o envolvimento nos processos contábeis de reconhecimento, mensuração e evidência da informação, o processo de convergência trouxe mudanças expressivas para as práticas contábeis no setor público (ORO; KLANN, 2017; PICCOLI; KLANN, 2015).

Surge a necessidade de reflexão acerca do atual processo de convergência devido às mudanças efetuadas (AZEVEDO; PIGATTO, 2020), primordialmente sob o ponto de vista dos usuários da contabilidade. Dessa forma, considerando a importância do assunto em tela, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos servidores públicos acerca do processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) em instituições federais de ensino.

O estudo tem como justificativa a relevância da convergência com as Normas Internacionais para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público Brasileiro, visto que esse

processo traz em evidência mudanças deveras significativas às entidades públicas, além de buscar entender a percepção de agentes públicos diretamente envolvidos com a utilização das normas em processo de convergência e/ou convergidas. E, dessa forma, contribuir para a academia com o desenvolvimento do assunto e para que normatizadores e gestores públicos verifiquem oportunidades de melhoria acerca do processo de convergência.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

No contexto geral, a contabilidade envolve práticas e conceitos que são aplicados em contextos sociais para o atingimento de determinado objetivo, sendo apontada como um instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, a partir de um sistema de informação que provém os usuários com dados para tomada de decisão, inclusive no setor público (AZEVEDO; PIGATTO, 2020; MARION, 2007).

Para Abraham (2017) a contabilidade é um instrumento de grande relevância para os administradores públicos em sua gestão e de informações para o cidadão, a contabilidade no âmbito público utiliza normas da contabilidade geral e, de modo conjunto, atende aos comandos advindos do Direito Financeiro.

A CASP é “um dos ramos mais complexos da ciência contábil” (KOHAMA, 2014. p. 25), possuindo características específicas em seus procedimentos técnicos que oferece aos usuários informações gerenciais e de cunho social para fins de tomada de decisão e prestação de contas (IMLAU *et al.*, 2014).

Kohama (2014) afirma que essa ciência tem como objetivo a captação, registros, além de acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam o aspecto orçamentário, financeiro e patrimonial das entidades públicas, este objetivo é alcançado através de metodologia que se utiliza de contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o Sistema Contábil Público.

As principais normas são apresentadas na tabela a seguir:

**Tabela 1 - Legislação na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

Legislação	Descrição
Lei nº 4320 de 1964	Estabelece Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Lei Complementar nº 101 de 2000	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
Decreto nº 93.872 de 1986	Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
Lei nº 10.180/2001	Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. NBC TSPs	São as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, emitidas pela <i>International Federation of Accountants</i>

---

	(IFAC); e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais.
Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)	As normas estabelecidas no MCASP aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público.
<i>International Public Sector Accounting Standards</i> (IPSAS)	Normas Internacionais de Contabilidade editadas pelo International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB).

---

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme tabela acima, tem-se a lei 4.320/1964 que é a norma geral de direito financeiro, conforme Feijó (2013) a CASP permaneceu por anos unida aos conceitos desse normativo. Porém, a “nova” CASP trouxe a adoção do princípio da competência e direcionada à gestão do patrimônio público (PICCOLI; KLANN, 2015), que sob o ponto de vista de Nascimento et al. (2015) a contabilidade não é mais vista de forma exclusiva sob o enfoque financeiro e orçamentário, mas que há uma mudança significativa no paradigma de seu entendimento e aplicação.

Portanto, segundo Brusca e Martinez (2016) o caminho para a modernização da contabilidade governamental, dentre os benefícios está o alcance da comparabilidade da contabilidade aplicada ao setor público na arena internacional, e como desvantagem as críticas recebidas devido à sua proximidade com o modelo de contabilidade empresarial, o interesse dos países em manter o controle e a ilusão fiscal, os custos e o treinamento necessário para a adoção das IPSAS.

## 2.2 Convergência no Brasil e Pesquisas Anteriores

As reformas da contabilidade governamental têm concentração em alinhar progressivamente os procedimentos ao modelo de contabilidade empresarial e em implementar sistemas de informação baseados em competência, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, dessa forma, a diversidade de sistemas de informação financeira pública criou uma necessidade de harmonização das normas de contabilidade (ALIJARDE; JULVE, 2014; CHRISTIAENS *et al.*, 2015).

Nascimento *et al.* (2015) citam que diante da globalização da economia, a CASP necessitava de mudanças para possibilitar critérios uniformes e homogêneos para que os usuários desta possam utilizar as informações fornecidas.

Toudas (2018), no mesmo raciocínio de Nascimento *et al.* (2015), dispõe que a globalização e a abertura gradual das fronteiras financeiras têm atuado como um imperativo em termos de homogeneidade nas estruturas de relatório e nas demonstrações financeiras das entidades dos setores público e privado, nacional e internacionalmente.

A ampliação da qualidade da evidência contábil no setor público e a comparabilidade dos resultados alcançados por parte dos governos são as perspectivas do movimento de convergência das normas contábeis no setor público (NEVES; GÓMEZ-VILLEGAS, 2020; VICENTE *et al.*, 2012), assim, em virtude da globalização de mercados financeiros, foram criados fortes incentivos por parte dos reguladores para a harmonização dos padrões contábeis em todo mundo (FUAD *et al.*, 2019).

Em 4 de outubro de 2016 o CFC publicou a NBC TSP EC, sendo considerada a norma que direciona toda a CASP e as demais expedidas posteriormente (OLIVEIRA, 2016) e que é a primeira convergida. Quando comparada com a contabilidade societária houve um certo atraso na contabilidade pública para a convergência às normas internacionais, situação que pode ter trazido consequência positiva, pois foram utilizadas experiências dos normativos do setor privado (SCARPIN; SOARES, 2010).

A aplicação das normas internacionais de contabilidade é um meio para utilizar conceitos e práticas semelhantes à contabilidade no setor privado, levando em consideração as particularidades do setor público (AZEVEDO; PIGATTO, 2020; BELANCA; VANDERNOOT, 2013). Essa tendência visa adaptar as práticas do setor privado ao setor público, apareceu nos anos 80, sob o nome de Nova Administração Pública (NPM), o cenário que existia até o advento do processo de convergência às normas contábeis, era de uma contabilidade voltada ao aspecto orçamentário em detrimento ao aspecto patrimonial (CABELLO; BILANCIERI; AZEVEDO, 2019; MARTINS; FRARE; QUINTANA, 2021).

Silva, Cajaiba e Farias (2019), nesse mesmo sentido, destacam que desde a publicação da NBC TSP EC, além de outras normas posteriormente publicadas, as administrações públicas diretas e indiretas estão submetidas a uma proximidade com os princípios de contabilidade aplicáveis às entidades privadas.

Kingsly (2013), por sua vez, afirma que o processo de adoção de um conjunto uniforme de padrões contábeis, como parte da convergência internacional dos sistemas de relatórios financeiros, é percebido como uma tarefa muito complexa, demorada e difícil. Oro e Klann (2017) asseveram que a aderência às normas internacionais de contabilidade não consiste somente em um processo operacional, visto que alguns conceitos culturais deverão ser modificados, porém, há significativos avanços na convergência pela quantidade de normas publicadas.

Diante disso, surgem pesquisas, sob diversos aspectos, que contribuem para o entendimento, análise e acompanhamento desse processo de convergência, conforme exposto nos próximos parágrafos.

Morás e Klann (2018), por exemplo, buscaram examinar a relação das características dos contadores públicos sobre as NBC TSPs, consoante a percepção dos profissionais de municípios de Santa Catarina. Participaram da pesquisa, através de questionário, 46 respondentes. Ficou constatado, segundo a percepção dos contadores, que a formação profissional e o nível de escolaridade podem contribuir com o entendimento do processo de convergência das normas contábeis.

Também sob a percepção de profissionais contábeis acerca do processo de convergência, em especial sobre a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, Araújo e Leitão (2019) procurou averiguar o grau de conhecimento, a aplicação e utilidade sobre a norma - NBC TSP 08. A pesquisa contou com uma amostra de 24 profissionais contábeis de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Os resultados da pesquisa de Araújo e Leitão (2019) evidenciaram dificuldade para aplicação da norma, como também, a necessidade de aprimoramento profissional e apoio por parte dos gestores das IFES. Assim, o estudo expande o debate sobre a aplicação e convergência das normas contábeis.

Marques (2019) contribuiu para o debate e reflexão acerca do processo de amadurecimento para que a CASP atenda as demandas dos *stakeholders*, além disso, analisou a percepção de uma amostra de 168 contadores públicos da União, Estados e Municípios, no Brasil, sobre a adoção das novas NBC TSP. Constatando que há necessidade de alterações nas organizações e estruturas, além de sensibilização da alta administração e competência técnica-profissional na contabilidade e auditoria interna dos entes públicos, com vistas a atender a convergência.

Martins, Frare e Quintana (2021) apresentaram como objetivo em seu estudo identificar as correlações entre características individuais e organizacionais dos contadores públicos, para atender as exigências das NBC TSPs, com as estratégias de legitimidade de Suchman (1995). O estudo contou com a participação de 32 contadores públicos de universidades federais e institutos federais.

Conclui-se com a pesquisa, que há pequenas diferenças e semelhanças nas percepções sobre as estratégias de legitimidade de Suchman e as características individuais dos contadores públicos, como exemplo, o menor tempo de experiência no cargo de contador está associado a menores níveis de percepção de legitimidade. O estudo de Martins, Frare e Quintana (2021) contribui para a teoria da Legitimidade e prática organizacional no âmbito do setor público.

Assim, observa-se que o estudo acerca do processo de convergências às normas contábeis internacionais tem ocorrido por diversas vertentes, não obstante a isso, percebe-se a lacuna de pesquisa que pode ser preenchida sob a percepção de gestores e diretores que atuam com contabilidade no âmbito instituições de ensino federais brasileiras, conforme apontado por Marques (2019).

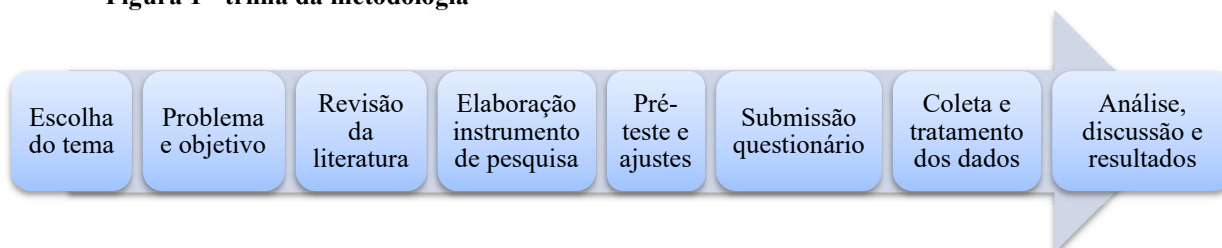
### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Köche (2011) afirma que os objetivos ao complementarem a delimitação da pesquisa, servem para delinear o alcance pretendido na investigação. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público sob a percepção de servidores envolvidos com a utilização das normas contábeis convergentes.

Quanto aos fins trata-se de uma pesquisa exploratória, que, segundo Selltiz *et al.* (1965) esta acontece quando há tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. No que se refere ao método adotado, classifica-se como pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica abrange a publicação existente em relação ao tema estudado (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A figura 1 exibe a forma percorrida para atingir os objetivos propostos.

Figura 1 - trilha da metodologia



Fonte: elaborado pelos autores.

O processo para atingir os objetivos desta pesquisa está explícito de forma simplificada na figura 1. Esse processo iniciou-se com a delimitação do tema, em seguida são verificados o problema e objetivos da pesquisa e, por conseguinte, os demais prosseguimentos que findam com a análise, discussão, contribuições e apresentação dos resultados.

### 3.1 População e Amostra

A população desta pesquisa compreende os responsáveis das 69 universidades federais públicas brasileiras pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), elaboração das Demonstrações Contábeis (Contadores responsáveis da universidade) e da Auditoria Interna.

Foram escolhidos como público-alvo tendo em vista esses cargos serem desenvolvidos por servidores que trabalham diariamente com a contabilidade pública, assim impactados diretamente com o processo de convergência às normas internacionais (MARQUES, 2019), além de possuírem conhecimento contábil e/ou formação acadêmica em contabilidade.

Dessa forma, levando em consideração o quantitativo de que existe apenas 01 responsável por função em cada instituição, chega-se a uma população para a pesquisa de 207 respondentes.

**Tabela 2 - População e Amostra**

Descrição	Quantidade
População	207
(-) Questionários duplicados ou preenchidos de forma incompleta	(3)
(-) Questionários não respondidos	(132)
<b>= Questionários válidos (amostra)</b>	<b>72</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme depreende-se na Tabela 2, a amostra da pesquisa corresponde a 72 respondentes, aproximadamente 35% da população, sendo, portanto, as respostas consideradas válidas para análise.

### 3.2 Coleta e Análise dos dados

O instrumento de pesquisa foi elaborado tendo como base o estudo de Marques (2019), sendo ajustado para este estudo, ao qual compreende 38 questões em que está dividido em dois blocos, conforme detalhado a seguir.

O primeiro bloco com 38 questões busca verificar a percepção dos respondentes acerca da convergência das NBCASP, sendo dividido em 4 partes:

- a. Percepção sobre o processo de implantação das NBCASP – questões 1 a 14 (variável: Per1);
- b. Percepção sobre a estrutura do Órgão público de atuação – questões 15 a 19 (variável: Per2);
- c. Percepção sobre as atribuições, competências e remuneração – questões 20 a 28 (variável: Per3); e
- d. Percepção dos profissionais sobre a relação com pressões políticas e terceirização – questões 29 e 30 (variável: Per4).

O segundo bloco, com 8 questões, aborda o perfil dos respondentes, buscando identificar: gênero, faixa etária, escolaridade, área de formação, vínculo profissional, área de

atuação, tempo de experiência na área e região que exerce atividade profissional (variáveis: gen, fai, esc for, vin, atu, tem e reg).

Para melhor detalhamento e análise dos dados algumas variáveis foram criadas, conforme Tabela 3 abaixo:

**Tabela 3 – Instrumento de pesquisa, objetivo e variáveis**

Blocos	Descrição	Objetivo	Questões	Variável
Bloco 1- Percepção dos respondentes	Processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	Verificar a percepção acerca do processo de implantação das normas	1 a 14	Per1
	Estrutura do órgão público em que o servidor atua	Verificar a opinião sobre a estrutura do órgão público em que o servidor atua	15 a 19	Per2
	Atribuições, competências e remuneração	Verificar a percepção em relação as atribuições, competências e remuneração	20 a 28	Per3
	Profissionais com relação a pressões políticas e terceirização	Verificar a opinião acerca da terceirização e pressões políticas	29 e 30	Per4
Bloco 2- Perfil da amostra	Gênero, faixa etária, nível de escolaridade, área de formação, vínculo profissional, setor de atuação, tempo de experiência na área e região que exerce atividade	Identificar o perfil dos respondentes da pesquisa	31 a 38	gen, fai, esc, are, vin, atu, tem e reg

Fonte: Elaborado pelos autores adaptado de Marques (2019).

Para a mensuração da percepção dos respondentes foi utilizada a escala *Likert* de 5 pontos, em que: 1 = Discordo Totalmente, 2 = Discordo Parcialmente, 3 = Nem Concordo Nem Discordo, 4 = Concordo Parcialmente e 5 = Concordo Totalmente. A escala *Likert* é de ampla utilização, principalmente em pesquisas quanto a gostos, preferências e percepções, também de caracterização simples e de entendimento em nível fácil, além de grande recorrência (FEIJÓ; VICENTE; PETRI, 2020).

O questionário foi aplicado entre os dias 3 e 24 de maio de 2021, por meio da ferramenta Google Formulários. Destaca-se que, antes da sua aplicação, foi realizado o pré-teste no instrumento de pesquisa com 3 pessoas, todas com formação em ciências contábeis e que não faziam parte da população pesquisada. O pré-teste visa detectar alguma situação que pode comprometer o andamento da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2016).

A verificação da confiabilidade interna se deu através do alfa de Cronbach. O teste evidenciou um alfa de ,833, o que pode ser considerado adequado para o estudo (Hair JR. *et al.*, 2005).

A análise de dados ocorreu através de estatística descritiva e inferencial por meio do coeficiente de *Spearman* e de testes de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*. Para tanto, utilizou-se como suporte o software SPSS® (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 20. Destaca-se que a análise de normalidade dos dados se deu através do teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S), em que o resultado demonstrou distribuição não normal (ou não-paramétricos).



O teste de coeficiente de *Spearman* foi utilizado para verificar a associação entre as variáveis de percepção (Per1, Per2, Per3 e Per4) com três variáveis das características dos respondentes (esc, vin e tem). O coeficiente de *Spearman* é um dos principais meios utilizados para verificar a associação entre duas variáveis qualitativas ordinais (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

O teste de *Mann-Whitney* foi utilizado para verificar se há diferença entre as medianas das variáveis das percepções (Per1, Per2, Per3 e Per4) com a variável de gênero (gen), já o teste de *Kruskal-Wallis* foi efetuado para verificar a diferença com as demais variáveis das características (esc, vin, are, fai, tem e reg). O *Mann-Whitney* utilizado para verificar a diferença entre as percepções através da mediana, o teste de *Kruskal-Wallis* similar ao *Mann-Whitney*, utilizado para três ou mais amostras independentes (FÁVERO; BELFIORE, 2017).

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados e analisados os resultados obtidos por meio do questionário aplicado.

##### 4.1 Perfil dos Respondentes

Neste tópico serão apresentados os perfis de acordo com a resposta obtida no instrumento de pesquisa. Destaca-se que da população de 147 respondentes possíveis foram obtidas 72 respostas válidas, o que representa 49% do total.

Inicialmente, reporta-se que 20 respondentes pertencem ao gênero feminino e 52 ao gênero masculino, sendo 27,78% e 72,22% em termos percentuais, respectivamente. Os estudos que analisaram ou discorreram sobre o processo de convergência da contabilidade pública também identificaram maior percentual de respondentes do gênero masculino (MARQUES 2019; MARTINS; FRARE; QUINTANA, 2021; MORÁS; KLANN, 2018).

Observe a seguir a tabela 5 com as demais informações obtidas.

**Tabela 4 – Perfil dos respondentes**

Categoria	Descrição	Frequência		Categoria	Descrição	Frequência	
		N	%			N	%
Área de formação	Contabilidade	59	81,9%	Nível de escolaridade	Ensino superior	5	6,9%
	Administração	5	6,9%		Especialização	40	55,6%
	Economia	1	1,4%		Mestrado	24	33,3%
	Direito	4	5,5%		Doutorado	3	4,2%
	Outros	3	4,3%		Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>		
Faixa etária	Até 30 anos	6	8,3%	Região	Centro-oeste	6	8,3%
	De 31 a 40 anos	31	43,0%		Norte	9	12,6%
	De 41 a 50 anos	22	30,6%		Nordeste	18	25,0%
	De 51 a 60 anos	13	18,1%		Sul	15	20,8%
	De 61 a 70 anos	-	-		Sudeste	24	33,3%
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>		
Tempo de experiência	Até 05 anos	14	19,3%	Vínculo	TAE Médio	11	15,3%
	De 05 a 10 anos	20	28,0%		TAE Técnico	4	5,5%
	De 10 a 15 anos	23	33,0%		TAE Superior	56	77,8%
	De 15 a 20 anos	7	9,6%		Docente	1	1,4%
	Acima de 20 anos	8	10,1%		<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>100%</b>					

Fonte: dados da pesquisa (2021).

A área de formação em contabilidade prevalece, seguida pela Administração, Direito, outras formações e, por último, a Economia. A prevalência em formação em Contabilidade era de se esperar, tendo em vista a atividade contábil em si, ser prerrogativa exclusiva de Contadores e Técnicos em Contabilidade (CFC, 1983; BRASIL, 1946). Mas isso não quer dizer que profissionais de outras formações não devem saber acerca da convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais.

No que tange à faixa etária dos respondentes, 73% estão na faixa entre 31 e 50 anos, e apenas 6 respondentes informaram possuir menos que 30 anos.

A respeito do tempo de experiência, destaca-se que 43 respondentes têm de 5 a 15 anos de serviço no cargo, correspondendo a 51%. Pode-se inferir que a maioria possui um determinado nível de experiência para o cargo que ocupa.

Quanto ao nível de escolaridade, os respondentes que possuem especialização representam o maior percentual com 55,6%, assim 40 pessoas responderam que possuem nível de escolaridade em especialização, semelhante às pesquisas de Araújo e Leitão (2019), Martins, Frare e Quintana, (2021) e Morás e Klann (2018). Por sua vez, apenas 3 servidores possuem doutorado.

A região predominante do público respondente da pesquisa foi a Sudeste com 24 respondentes, seguida pela região Nordeste com 18, correspondendo a 33,3% e 25,0%, respectivamente.

Por fim, observa-se o vínculo que o servidor possui com a instituição de maior percentual foi o de nível Técnico Administrativo em Educação Superior (TAE Superior) com 77,85%. Apenas 01 docente, dentre os respondentes da pesquisa, ocupa o cargo de DCF, Contador responsável ou Chefe da auditoria.

## 4.2 Percepção dos Respondentes

Com o objetivo de verificar a percepção dos respondentes e, por consequência, ajudar a responder à pergunta que circunda este trabalho, demonstra-se nesta seção a estatística descritiva sobre a opinião dos respondentes da pesquisa para as perguntas efetuadas e as discussões sobre esses achados.

### 4.2.1. Percepção Sobre o Processo de Implantação das NBCASP

Neste tópico serão apresentados e discutidos os resultados acerca da percepção sobre o processo de implantação das NBCASP, conforme Tabela 5.

**Tabela 5 – Percepção sobre o processo de implantação das NBCASP**

Descrição/Questão	Nível de Concordância				
	1	2	3	4	5
Conhecimento sobre a estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral.	2,8%	5,6%	23,6%	41,7%	26,4%
Conhecimento sobre as NBC TSPs.	4,2%	18,1%	30,6%	34,7%	12,5%
Conhecimento das IPSAS	2,8%	27,8%	34,7%	27,8%	6,9%
Importância da adoção das NBC TSPs para o ente.	-	-	2,8%	18,1%	79,2%

A inovação referente às NBC TSPs requer adaptação e envolvimento pessoal no processo de mudança.	-	-	6,9%	8,3%	84,7%
Conhecimento sobre o MCASP.	-	5,6%	6,9%	47,2%	40,3%
O setor de contabilidade é responsável pelo primeiro passo referente à implantação das NBC TSPs.	1,4%	1,4%	23,6%	33,3%	40,3%
O Ente está em processo de implementação das NBC TSPs.	2,8%	8,3%	33,3%	34,7%	20,8%
Os efeitos/resultados da implantação das novas normas serão utilizados para melhorar a qualidade das informações prestadas à sociedade.	-	2,8%	6,9%	30,6%	59,7%
Adaptação cultural e ambiental do órgão em que atuo, relacionada à aplicação das NBC TSPs e MCASP, será rápida.	6,9%	29,2	43,1%	16,7%	4,2%
Existe investimento em cursos de aperfeiçoamento e capacitação, relacionados às novas normas.	20,8%	18,1%	26,4%	31,9%	2,8%
Eu concordo com a adoção das IPSAS/IFAC no Brasil.	-	-	25,0%	30,6%	44,4%
Conhecimento sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP.	6,9%	20,8%	25,0%	30,6%	16,7%
Se a resposta da pergunta 13 for "concordo ou concordo totalmente". O órgão está seguindo o cronograma e procedimentos estabelecidos do PIPCP.	22,2%	19,4%	31,9%	25,0%	1,4%
Percepção geral sobre o processo de implantação NBCASP	5,1%	11,2%	22,9%	29,4%	31,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A percepção dos respondentes, de modo geral, sobre o “processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público” em que o grau de concordância, com um percentual em sua maior parte de 60,8% nos níveis de concordância 4 e 5. Esse resultado evidencia que o processo de implantação das normas tem sido bem avaliado pelos respondentes, corroborando os achados da pesquisa de Marques (2019) que apresentaram uma média de concordância em maior parte nos níveis 4 e 5. Também houve uma percepção positiva entre os profissionais contábeis e a aplicação das normas convergidas nos estudos de Araújo e Leitão (2019).

Piccoli e Klann (2015) e Morás e Klann (2018) destacam que o processo de convergência trouxe um maior nível de responsabilidade e também visibilidade ao profissional contábil.

Destaca-se os apontamentos sobre a “importância da adoção das NBC TSPs para o ente” e “a inovação referente às NBC TSPs requer adaptação e envolvimento pessoal no processo de mudança”, no nível máximo de concordância (5) com 79,2% e 84,7%, respectivamente. Evidenciando a importância que os profissionais contábeis têm dado a essa temática para o processo de convergência.

Além disso, 90,3% dos respondentes concordaram nos níveis 4 e 5, que “os efeitos/resultados da implantação das novas normas serão utilizados para melhorar a qualidade das informações prestadas à sociedade”. Infere-se que o entendimento é que a contabilidade está voltada para os aspectos sociais de sua missão institucional, conforme rege os normativos contábeis.

#### **4.2.2 Percepção Sobre a Estrutura do Órgão Público em que o Servidor Atua**

No que tange ao aspecto a estrutura do órgão público em que servidor atua os níveis de concordância 4 e 5 apontam, no geral, para 57,7% do total, demonstrando que os respondentes

concordam com as assertivas acerca da estrutura do órgão em que atuam para influência do processo de convergência. Resultado na Tabela 6 abaixo.

**Tabela 6 – Percepção sobre a estrutura do órgão público em que o servidor atua**

Descrição/Questão	Nível de Concordância				
	1	2	3	4	5
Com relação à posição hierárquica, a unidade de contabilidade do órgão está diretamente subordinada à alta administração.	27,8%	12,5%	5,6%	31,9%	22,2%
A unidade de contabilidade possui independência funcional compatível com as responsabilidades assumidas.	5,6%	13,9%	26,4%	38,9%	15,3%
A unidade de contabilidade deve estar subordinada diretamente ao gestor geral do órgão ou entidade pública.	2,8%	9,7%	20,8%	26,4%	40,3%
O segmento contábil possui influência na tomada de decisões.	9,7%	13,9%	18,1%	36,1%	22,2%
O segmento de contabilidade é segregado entre os setores financeiro e de orçamento.	26,4%	13,9%	4,2%	20,8%	34,7%
Percepção geral sobre a estrutura	14,4%	12,8%	15,1%	30,8%	26,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na pesquisa de Marques (2019) grande parte dos respondentes também concordaram, em média, destacando o autor que a hierarquia e um desenho diferente na estrutura de subordinação do setor de contabilidade nos órgãos poderiam melhorar o desempenho dos profissionais, conforme apontaram os respondentes da pesquisa.

Outra pontuação que merece destaque é a de Araújo e Leitão (2019) em que os gestores das instituições federais de ensino necessitam apoiar o aprimoramento técnico dos profissionais contábeis para melhor aplicação das normas em convergência e/ou convergidas.

Destaca-se que os resultados do item: “o segmento contábil possui influência na tomada de decisões” possuem 58,3% de concordância nos níveis 4 e 5, sendo um indicativo de que a contabilidade possui estreita relação no subsídio da tomada de decisão nesses órgãos. Quanto à independência funcional, 54,2% (nos níveis 4 e 5) dos respondentes afirmam que os setores possuem essa independência, evidenciando uma relativa autonomia no desempenho de suas atribuições. Esses resultados demonstram um indicativo positivo para a independência funcional dos agentes e setores contábeis nas instituições pesquisadas.

#### 4.2.3 Percepção Sobre as Atribuições, Competências e Remuneração

Na Tabela 7, identifica-se a percepção dos respondentes sobre as atribuições, competência e remuneração.

**Tabela 7 – Percepção sobre a atribuições, competências e remuneração**

Descrição/Questão	Nível de Concordância				
	1	2	3	4	5
Familiaridade com o funcionamento do sistema contábil e seus subsistemas de informações.	1,4%	4,2%	13,9%	41,7%	38,9%
Experiência com os sistemas gerenciais integrados, visando informações para tomada de decisões.	1,4%	6,9%	16,7%	41,7%	33,3%

Conhecimento dos procedimentos de controle interno como suporte do sistema de informação contábil.	1,4%	9,7%	20,8%	43,1%	25,0%
O ganho salarial dos profissionais que atuam na contabilidade e auditoria interna não é condizente com as competências, atribuições e responsabilidades.	4,2%	-	20,8%	19,4%	55,6%
Necessidade de um piso salarial mínimo para os profissionais que atuam nos segmentos de contabilidade e auditoria interna pública.	1,4%	1,4%	11,1%	13,9%	72,2%
Sou portador das capacidades e habilidades necessárias ao desempenho ótimo de todas as minhas atividades laborais.	-	2,8%	9,7%	51,4%	36,1%
Autonomia, independência e liberdade significativa para determinar como faço meu trabalho.	-	5,6%	16,7%	48,6%	29,2%
Compreensão clara do meu papel com relação à implementação das novas normas da CASP.	-	5,6%	15,3%	48,6%	30,6%
Existem apoio e interesse da alta gestão em implantar os procedimentos e controles necessários à aplicação das NBC TSPs e MCASP.	2,8%	11,1%	47,2%	31,9%	6,9%
Percepção geral atribuições, competências e remuneração	1,4%	5,3%	19,1%	37,8%	36,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para a investigação sobre as “atribuições, competências e remuneração”, observa-se um grau de concordância, no geral, para os níveis 4 e 5 de 74,2%. Nesse sentido, depreende-se que os profissionais contábeis entendem que esses aspectos são primordiais ao desempenho e acompanhamento das NBC TSPs.

Chama atenção o aspecto remuneração que maior parte (72,2%), nível de concordância 5, considera necessária a criação de um piso salarial para os profissionais contábeis. Esses achados estão na mesma direção que o apontado por Marques (2019). Assim, infere-se que com o aumento da responsabilidade trazida com o processo de convergência trouxe a busca por conhecimento com capacitações/qualificações, porém sem a devida atualização de remuneração recebida.

Ademais, observa-se que a maior parcela dos respondentes, para os demais aspectos, escolheu o nível 4 ou 5 como resposta, dando a entender que possuem capacidade, habilidade, autonomia e clareza para a atuação profissional no desempenho de suas funções.

#### **4.2.4 Percepção Sobre Pressões Políticas e Terceirização**

O resultado para a percepção sobre as pressões políticas e a terceirização é demonstrado na Tabela 8, a seguir.

**Tabela 8 – Percepção Sobre Pressões Políticas e Terceirização**

Descrição/Questão	Nível de Concordância				
	1	2	3	4	5
A terceirização das atividades contábeis e autonomia do contador, acredito que a admissão dos servidores por meio de concurso público reduziria uma eventual substituição do contador, caso ele tomasse alguma decisão técnica relevante, discordando da orientação do gestor público.	2,8%	-	19,4%	29,2%	48,6%
As pressões políticas representam um obstáculo para as mudanças organizacionais no ambiente da contabilidade e auditoria pública.	1,4%	1,4%	13,9%	34,7%	48,6%
Percepção geral pressões e terceirização	2,1%	0,7%	16,7%	31,9%	48,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que diz respeito “as pressões políticas e terceirização”, o nível de concordância chega a um percentual de 48,6% para o nível 5 em ambos os aspectos, sendo, portanto, evidenciado que há uma percepção geral de que esses aspectos podem influenciar de certa forma o desempenho profissional. Segundo Marques (2019) a pressão política pode ser considerada um fator de obstáculo para mudanças na estrutura organizacional e no ambiente contábil.

### 4.3 Testes Estatísticos entre a Percepção e as Características dos Respondentes

Demonstra-se a seguir (Tabela 9), o resultado do teste do coeficiente de *Spearman* que foi efetuado para verificar se existe associação entre a percepção dos servidores (variáveis Per1, Per2, Per3 e P4) com as seguintes características dos respondentes: nível de escolaridade, vínculo como servidor e tempo de experiência (respectivamente as variáveis: esc, vin e tem).

**Tabela 9 – Correlação de *Spearman* entre as variáveis**

	Per1	Per2	Per3	Per4	esc	vin	tem
Per1	1,000						
Per2	,334**	1,000					
Per3	,580**	,187	1,000				
Per4	-,139	-,101	,113	1,000			
esc	,246*	,115	,252*	-,126	1,000		
vin	,181	-,066	,340**	,099	,279*	1,000	
tem	,170	,084	,335**	,040	,151	,036	1,000

\*A correlação é significativa ao nível de 0,05. \*\* A correlação é significativa ao nível de 0,01.

Legenda: Per1=percepção sobre o processo de implantação das NBC TSPs; Per2=percepção sobre a estrutura do órgão; Per3 = percepção sobre atribuições, competências e remuneração; Per4 = percepção sobre as pressões políticas e terceirização; esc = nível de escolaridade; vin = tipo de vínculo profissional; e tem = tempo de experiência.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

É possível identificar que existe associação positiva entre o nível de escolaridade (esc) e a percepção sobre o processo de implantação das NBC TSPs (Per1), demonstrada pelo coeficiente ,246. Essa associação permite inferir que um aumento na escolaridade implica um aumento da percepção sobre o processo de implantação das NBC TSPs, corroborando os achados de pesquisas anteriores (ARAÚJO; LEITÃO, 2019; MORÁS; KLANN, 2018) ao evidenciarem que um maior nível de escolaridade pode contribuir com a adoção e mudanças realizadas pelas NBC TSPs.

Para a percepção sobre atribuições, competências e remuneração (Per3) foi considerada associação positiva e significativa às características do nível de escolaridade (esc), tipo de vínculo profissional (vin) e tempo de serviço (tem), coeficientes ,252, ,340 e ,335 respectivamente. Infere-se que maiores valores da percepção sobre atribuições, competências e remuneração estão associados a maiores valores ao nível de escolaridade, ao maior grau de vínculo profissional e maior tempo de serviço.

Os achados ratificam os apontamentos de Martins, Freire e Quintana (2020) em que um maior nível de experiência dos profissionais contábeis está relacionado ao maior nível de percepção da legitimação das NBC TSPs.

Destaca-se que não se constatou associação estatisticamente significativa entre as percepções acerca da estrutura do órgão (Per2) e das pressões políticas e terceirização (Per4) com nenhuma das características analisadas (esc, vin e tem).

Com o intuito de identificar se existe diferença média entre a percepção dos respondentes, segundo as características de gênero, área de atuação, faixa etária e região de atuação, foram realizados os testes não paramétricos de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*, conforme evidenciado na Tabela 10.

**Tabela 10 – Testes de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis**

Percepção (variável)	Mann-Whitney	Kruskal-Wallis		
	gen	are	fai	reg
Processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (Per1)	U = 469,00 p = ,521	,247	,754	,971
Estrutura do órgão público em que atua (Per2)	U = 448,00 p = ,364	,660	,888	<b>,045</b>
Atribuições, competências e remuneração (Per3)	U = 328,50 p = <b>,016</b>	,111	,056	,893
Profissionais com relação a pressões e terceirização (Per4)	U = 440,00 p = ,295	,347	,141	,478

Legenda: gen = gênero; are = área de atuação; fai = faixa etária; e reg = região em que exerce atividade.  
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme a Tabela 10 acima, o resultado do teste de *Mann-Whitney* apontou para diferença significativa entre a percepção sobre as atribuições, competências e remuneração e o gênero dos respondentes (U = 328,50 p < 0,05). Considerando essa diferença foi verificado que o gênero masculino apresentou maiores médias e medianas que o feminino (masculino, média = 37,06 e mediana 38,00; feminino, média 34,10 e mediana 33,00). Assim, o gênero masculino possui maiores índices de concordância no que tange às atribuições, competências e remuneração do que os respondentes do gênero feminino.

Através do resultado do teste de *Kruskal-Wallis*, observa-se que houve diferença estatística entre a região em que o respondente exerce a atividade profissional sobre a percepção da estrutura do órgão público em que atua (Per2) [ $\chi^2(4) = 9,747$ ; p < 0,05], ao nível de significância de 5%. Dessa forma, a depender da região que o profissional contábil desempenhe suas atribuições, pode haver percepção diferente sobre a estrutura do órgão em que trabalha, isso leva a inferir que em alguns órgãos os procedimentos para implementação e emprego das normas convergidas são tratadas de forma diferente e não homogêneas de uma região para outra.

No que se refere ao processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (Per1) e das pressões e terceirização (Per4), observa-se que, em média, não há diferenças estatisticamente significativas de percepção e, de modo geral, os respondentes tendem a apresentar concordância similar entre os itens indagados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público sob a percepção de servidores envolvidos com a utilização das normas contábeis convergidas.

De modo geral, verificou-se que a maior parte dos respondentes tem concordado com o processo de implantação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, observando-se que a maior parcela (90,3%) acredita que a convergência às normas internacionais produz resultados positivos para a qualidade da informação contábil prestada à sociedade.

Além disso, constatou-se uma associação estatisticamente significativa entre o nível de escolaridade e a percepção sobre o processo de implantação das NBC TSPs, permitindo inferir que um maior nível de escolaridade pode contribuir com a adoção e realização de mudanças para aplicação das NBC TSPs, ratificando pesquisas anteriores como as de Morás e Klann (2018), Araújo e Leitão (2019) e Marques (2019).

Um ponto evidenciado que pode ser considerado positivo para as instituições é que, segundo a opinião dos pesquisados, os setores contábeis possuem influência na tomada de decisões e relativa autonomia na independência funcional das unidades de contabilidade.

Outro aspecto revelado na pesquisa, consoante a percepção dos respondentes, foi a necessidade de um piso salarial para a categoria, assim como na pesquisa de Marques (2019). Dessa forma, essa pode ser uma reivindicação comum entre os profissionais contábeis do setor público dada a responsabilidade e atribuições atinentes ao papel desempenhado.

As pressões políticas e terceirização das atividades, com uma média geral de 48,6% no maior nível de concordância (5), podem ser fatores que impactam negativamente nas mudanças organizacionais no ambiente contábil pesquisado.

Levando em conta a apresentação da percepção dos respondentes, além da pesquisa bibliográfica, esta pesquisa contribui para o debate e visibilidade acerca da convergência das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. Assim, o presente estudo pode subsidiar os gestores para aperfeiçoar as práticas internas no que tange à convergência das NBC TSPs.

Em termos de limitação, esta pesquisa abordou a opinião de gestores e diretores de universidades federais brasileiras, é sugerido em estudos futuros que sejam abordados outros órgãos e entidades da administração pública, em todas esferas e entes. Também pode haver estudos futuros com questionários do tipo entrevista não estruturada, para que o pesquisador/entrevistador possa abordar de uma outra forma o tema.

## REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense. 2017.

ABREU, M. H.; FILHO, J. E. B. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Setor Público: proposta de estrutura mínima para atendimento à convergência com as normas internacionais, transparência das contas públicas e instrumentalização do controle social. Repositório do Tesouro Nacional. **Revista Caderno de Finanças Públicas**: 17, n.1, 1-69. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2017.29> . Acesso em 01 nov. 2022.

ANDRADE, N. DE A. **Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade**. 5a ed. São Paulo: Atlas. 2013.



ARAÚJO, A. A.; SILVA LEITÃO, C. R. Ativo intangível no setor público: percepção das instituições federais de ensino superior quanto ao cumprimento da NBC TSP 08. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 31-45, 2019. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/912> . Acesso em 02 nov. 2022.

AZEVEDO, R. R. DE; PIGATTO, J. A. M. Raízes da contabilidade orçamentária e patrimonial no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, 54, n. 1, p. 32–58, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/80969> . Acesso em 02 nov. 2022.

BARBOSA, M. B.; SILVA FILHO, G. M. ; PEREIRA, T. R. L. . Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: Análise do Impacto nos Indicadores Econômico-Financeiros no Setor de Energia Elétrica. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, 7, P. 1, 2019. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1750/1148#> . Acesso em 02 nov. 2022.

BELANCA, S.; VANDERNOOT, J. Analysis of Belgian public accounting and its compliance with International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 1, 6 and 22. **International Journal of Business and Management**, 8(9): 122-133. 2013. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/90b4/c87d75219acb7ea852a2a4d22c5958b40dd4.pdf> . Acesso em 02 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm) . Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm) . Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2017/26>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria STN nº 548/2015. Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/09/2015&jornal=1&pagina=24&totalArquivos=120>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria STN nº 840/2016. Aprova a Parte Geral e as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor**

**Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2017/26>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria STN nº 669/2017. Aprova o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2018 (PCASP 2018) e o PCASP Estendido, de adoção facultativa, válido para o exercício de 2018 (PCASP Estendido 2018).** Disponível em: [https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2018/114?ano\\_selecionado=2018](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2018/114?ano_selecionado=2018). Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016. Aprova a Parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). (7a ed.)** Brasília. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2017/26>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Tesouro Transparente. Publicações. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Portaria nº 184, de 25 de Agosto de 2008. **Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Brasília. 2008. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=24439>. Acesso em 02 nov. 2022.

BRUSCA ALIJARDE, I., MONTESINOS JULVE, V. Accrual Financial Reporting in the Public Sector: Is it a Reality? **Innovar**, 24(54), 107-120. 2014. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/innovar/article/view/46458/47963>. Acesso em 01 nov. 2022.

BRUSCA, I., MARTÍNEZ, J.C. Adopting International Public Sector Accounting Standards: a challenge for modernizing and harmonizing public sector accounting: **International Review of Administrative Sciences**, 82, 724-744. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020852315600232>. Acesso em 02 nov. 2022.

CABELLO, O. G.; BILANCIERI, M. V.; AZEVEDO, R. R.. Conformidade Inicial das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público no Brasil. **Revista Mineira De Contabilidade**, 20, Belo Horizonte p. 5-17. 2019. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/841>. Acesso em 01 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC Nº 560/1983. **Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei nº 9295, de 27 de maio de 1946.** Brasília, 1983. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_560.pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_560.pdf). Acesso em 02 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N° 1055/2005 (2005). **Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\\_1055.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1055.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N° 1111/2007. **Aprova o Apêndice II da Resolução CFC nº. 750/93 sobre os Princípios de Contabilidade.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res\\_1111.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1111.pdf) . Acesso em 02 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução N° CFC 1128/2008. **Aprova a NBC T 16.1 – Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.** Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1128.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1128.pdf) . Acesso em 02 nov. 2022.

COSTA, R. S. L. F., FONSECA, A. C. P. D. (2019). Características Culturais Brasileiras e as Normas Internacionais de Contabilidade: Possíveis Interações . **Pensar Contábil**, 21(76), 49-58. 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56589/caracteristicas-culturais-brasileiras-e-as-normas-internacionais-de-contabilidade--possiveis-interacoes-> . Acesso em 02 nov. 2022.

CHRISTIAENS, J., VANHEE, C., MANES-ROSSI, F., AVERSANO, N., & VAN CAUWENBERGE, P. (2015). The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: An international comparison. **International Review of Administrative Sciences**, 81(1), 158-177. 2015. Disponível em: <https://biblio.ugent.be/publication/5647283/file/6913915.pdf> . Acesso em 02 nov. 2022.

FEIJÓ, P. H. **Entendendo as mudanças: na contabilidade aplicada ao setor público.** 1.ed. Brasília: Gestão Pública Ed. 2013.

FEIJÓ, A. M.; Vicente, E. F. R.; Petri, M. S. . O uso das escalas Likert nas pesquisas de Contabilidade. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, Chapecó, v. 13, n. 1, p. 27-41, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/5112> . Acesso em 02 nov. 2022.

FUAD, F. , JULIARTO, A. E HARTO, P. "Does IFRS convergence really increase accounting qualities? Emerging market evidence", **Journal of Economics, Finance and Administrative Science** , vol. 24 No. 48, pp. 205-220. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JEFAS-10-2018-0099>. Acesso em 02 nov. 2022.

GIROTTTO, M.. Revogação da Resolução nº 750/1993: contexto e considerações. Comunicação CFC Com informações: **Grupo Assessor do CFC para o setor público.** Brasília. 2016. Disponível em: <http://cfc.org.br/sem-categoria/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/>. Acesso 07 out. 2020.

GIROTTTO, M. STN lança novo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. **Comunicação CFC.** Brasília. 2017. Disponível em: <http://cfc.org.br/sem-categoria/stn-lanca-novo-manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico/> . Acesso em 07 out. 2020.

GIROTTTO, M.; SANTOS, F. (2017). Plano de convergência na contabilidade pública prevê implantação de procedimentos até 2021. **Comunicação CFC.** Brasília. 2017. Disponível em <http://cfc.org.br/noticias/plano-de-convergencia-na-contabilidade-publica-preve-implantacao-de-procedimentos-ate-2021/> . Acesso em 07 out. 2021.

GIROTTI, M. Notícias. Entram em vigência 11 novas normas de contabilidade aplicada ao setor público. **Comunicação CFC**. Brasília. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/entram-em-vigencia-11-novas-normas-de-contabilidade-aplicadas-ao-setor-publico/> . Acesso em 07 out. 2021.

HAIR JR., JOSEPH F; BABIN, BARRY; MONEY, ARTHUR H; SAMOUEL, PHILLIP. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman. 2005.

FÁVERO, L. P. L.; BELFIORE, P. P. **Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com excel, SPSS e stata**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4a.ed. São Paulo: Atlas. 2001.

KINGSLEY, K. Introduction and Rationale for IPSAS and IFRS Implementation (September 14, 2017). **SSRN**. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3037109> . Acesso em 02 nov. 2022.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Vozes. 2011.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 14a ed. São Paulo: Atlas. 2014.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 13a ed. São Paulo: Atlas. 2007.

MARQUES, L.R. Contabilidade e Auditoria Interna no Setor Público Brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC, Ano de Obtenção: 2019. **Dissertação de Mestrado**. FUCEPE. Disponível em: [http://legado.fucepe.br/\\_public/producao\\_cientifica/18/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciane%20Ribas%20Marques.pdf](http://legado.fucepe.br/_public/producao_cientifica/18/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciane%20Ribas%20Marques.pdf) . Acesso em 02 nov. 2022.

MARQUES, L. R.; BEZERRA FILHO, J. E.; CALDAS, O. V. Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 14, p. e161973, 2020. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2020.161973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/161973> . Acesso em 02 nov. 2022.

MARTINS, G.D. A.; THEÓPHILO, C. R.. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3a ed.. Grupo GEN. São Paulo. 2016.

MARTINS, A. S. R. ; FRARE, A. B. ; QUINTANA, A. C. . O perfil dos contadores públicos e das Instituições da Rede Federal de Ensino diante das NBC TSP à luz das estratégias de legitimidade de Suchman. **NAVUS Revista de Gestão e Tecnologia**, 11, p. 01-14, 2021. Disponível em: <https://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/1578> . Acesso em 02 nov. 2022.

MORÁS, V. R.; KLANN, R. C. Percepção dos contadores públicos do Estado de Santa Catarina em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 15, n. 36, p. 49-76, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2018v15n36p49> . Acesso em 02 nov. 2022.

NASCIMENTO, J. O. DO. SANTOS, S. M. DA S.; ZITTEI, M. V. M.; ARNOSTI, J. C. M. (2015). A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a

Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. IN: **6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças**. Florianópolis. 2015. Disponível em: [http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso\\_internacional/anais/6CCF/80\\_16.pdf](http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/80_16.pdf) . Acesso em 11 jan. 2022.

NEVES, F. R.; GÓMEZ-VILLEGAS, M. Public sector accounting reform in Latin America and Epistemic Communities: an institutional approach. **Revista de Administração Pública [online]**. 54, n. , pp. 11-31. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180157x>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual. **Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf> . Acesso em 11 jan. 2022.

OLIVEIRA, J. CFC publica a norma Estrutura Conceitual da contabilidade pública. Conselho Federal de Contabilidade. **Comunicação CFC**. Disponível em: <http://cfc.org.br/noticias/cfc-publica-a-norma-estrutura-conceitual-da-contabilidade-publica/> Acesso em 03 jan. 2022.

ORO, I. M.; KLANN, R. C. Avaliação da capacidade de julgamento & tomada de decisão baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. 16 Florianópolis, p. 52-68. 2017. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2273/1909>. Acesso em 03 jan. 2022.

PICCOLI, M. R.; KLANN, R. C. A Percepção dos Contadores Públicos em Relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], 66, Brasília n. 3, p. 425 - 448, 2015. DOI: 10.21874/rsp.v66i3.410. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/410>

ROSA, W. C. L., FRAGA, J. J., ROSA, M. P., LEPSCH, M. A. S. Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo de Caso na Universidade Federal Fluminense. **Pensar Contábil**, 21(74), 41-61.2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54317/convergencia-da-contabilidade-publica-as-normas-internacionais-de-contabilidade--um-estudo-de-caso-na-universidade-federal-fluminens> . Acesso em 01 nov. 2022.

SCARPIN, J. E.; SOARES, M. A convergência da contabilidade pública nacional às normas internacionais e os impactos na aplicação da DRE na administração direta. Public. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, 9, Florianópolis n. 27, p. 25-42. 2010. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1100/1033> . Acesso em

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder. 1995.

SILVA, G. I. A; CAJAIBA, K. DA S.; FARIAS, R. S. DE. Conteúdos programáticos versus proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP: similaridade ou dissimilitude? **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 18, Florianópolis, 2019. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2801/2072> . Acesso em 02 nov. 2022.

TOUDAS, K. International accounting frameworks: The convergence of corporate financial statements. **Journal of Governance & Regulation**, 7(3), 47-52. 2018. Disponível em: [http://doi.org/10.22495/jgr\\_v7\\_i3\\_p6](http://doi.org/10.22495/jgr_v7_i3_p6) . Acesso em 02 nov. 2022.

IMLAU, J. M.; BERNARDO, F. D.; IMLAU, D.; DEBONI, C. A. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e seu Impacto nos Municípios do Alto Uruguai Gaúcho. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, [S. l.], 4, São Paulo, n. 1, p. 45-63, 2014. DOI: 10.11606/issn.2237-1095.v4p45-63. Disponível em : <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114313> . Acesso em 02 nov. 2022.

VICENTE, E. F. R.; MORAIS, L. M. DE; PLATT NETO, O. A. A Reforma na Contabilidade Pública Brasileira e o processo de convergência: Implicações e Perspectivas. **RIC - Revista de Informação Contábil**, 6, Recife, n. 2, p.01-20, 31 maio 2012. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7951/8028> . Acesso em 02 nov. 2022.